

# Resenha do livro ANDREWS, George Reid. América Afro-Latina (1800-2000). Trad. Magda Lopes. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2007. 318p.

**Petrônio Domingues\***

*Resenha recebida em 05 de maio de 2009 e avaliada em 10 de julho de 2009*

Em 2007, a obra *América Afro-Latina (1800-2000)*, do historiador estadunidense George Reid Andrews chegou às livrarias do país. Depois de ter escrito sobre as relações raciais em terras de Piratininga, em *Negros e Brancos em São Paulo, 1888-1988*, o professor da Universidade de Pittsburgh agora incursiona pela história comparada das populações da diáspora africana na América Latina ao longo de duzentos anos, entre 1800 e 2000. Para a operacionalização de uma investigação tão ambiciosa, foi consultada uma gama ampla de fontes: relatórios diversos, censos, jornais da grande imprensa e da “imprensa negra”, viajantes, memorialistas, depoimentos, obras literárias, autobiografias etc. Como os estudos de síntese sobre esse tema na América Latina são raros, a obra de Andrews é, no mínimo, instigante. É verdade que já se pesquisou e escreveu muito sobre o negro no período da escravidão, mas pouco sobre a trajetória desse segmento populacional no pós-abolição, menos ainda sobre as relações raciais no Brasil e noutros países da América Latina numa perspectiva comparada. A originalidade da obra não pára aí. Pensava-se que fenômenos como o mito da democracia racial, o ideário de branqueamento, o racismo dissimulado e a resistência de muitos brancos à mobilização política dos negros faziam parte exclusivamente da história do Brasil. Andrews mostra o erro desse pressuposto, pois tais aspectos das relações raciais também foram engendrados em vários países da região.

---

\* Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutor em História (USP)

O título do livro tem duplo sentido: é uma alusão à população latino-americana de ascendência africana e, ao mesmo tempo, uma referência aos territórios e países influenciados por essa população, seja do ponto de vista político, social, econômico e cultural ou religioso. Andrews formula suas comparações dos países da região a partir de alguns eixos de diferenciação. Primeiro, ressalta variações tanto no tocante ao sistema escravista quanto ao processo da abolição. O fim do cativo se deu muito mais tarde no Brasil, em Cuba e Porto Rico, em comparação com o resto da América Latina. Em quase todos os países da região, inclusive Cuba, o processo de abolição emergiu no bojo de guerras para independência, contexto no qual a busca pela lealdade dos escravos gerava promessas e projetos de emancipação; já no Brasil, a abolição foi decretada bem depois da independência.

Outra questão comparada foi a imigração. Argentina, Uruguai, Cuba e o Sul e o Sudeste do Brasil atraíram milhares de imigrantes europeus no final do século XIX e início do XX. Segundo Andrews, essa imigração em massa de europeus foi promovida por governos que queriam branquear a população, prejudicando a vida dos negros, sobretudo no mercado de trabalho. Essa foi a época do racismo “científico” e da repressão de manifestações culturais e religiosas afro-diaspóricas em toda a região, como parte da campanha para “civilizar” e europeizar os países.

Todavia, setores da população afro-latina jamais sucumbiram às adversidades da vida e, para se distinguirem, fundaram seus próprios clubes, jornais e associações culturais e cívicas em vários países. De algumas dessas associações negras originaram-se partidos políticos. Com a industrialização e a expansão do Estado, emergiram movimentos e governos populistas em boa parte da região nas décadas de 1930 e 1940. Diversos países criaram barreiras imigrantistas, e Brasil e Cuba reservaram setores do mercado de mão de obra para o trabalhador nacional, o que elevou o número de vagas para negros. Com o populismo de orientação nacionalista, a “democracia racial” tornou-se a nova ideologia oficial e os elementos da cultura afro-latino-americana converteram-se nos símbolos da identidade nacional. Portanto, de perseguidas, as manifestações afro-diaspóricas no campo cultural (como o samba e a capoeira no Brasil; o tango na Argentina; a rumba e depois o mambo e a salsa em Cuba; o merengue na República Dominicana) e religioso (como a Santería, em Cuba e posteriormente na Venezuela) passaram a ser valorizadas.

A partir das décadas de 1970 e 1980, houve uma nova onda de mobilizações dos americanos afro-latinos, muitas vezes influenciados pelo movimento negro dos EUA ou pelos movimentos africanos.

Como resultado dessas mobilizações, foi selado o fim do mito da democracia racial em vários países, pelo menos como ideologia oficial, e houve finalmente o reconhecimento do problema do racismo. No parágrafo final da obra, Andrews faz uma reflexão bastante pertinente, e que vale a pena reproduzi-la aqui:

os movimentos negros obrigaram as sociedades latino-americanas a reconhecer, confrontar e começar a combater os preconceitos raciais; mas na maior parte dos países da região este processo de questionar e repensar o passado e o presente raciais está apenas começando. À medida que os americanos afro-latinos continuarem a avançar e a entrar nas classes médias da região, os movimentos raciais desempenharão um papel necessário nos próximos anos e décadas. A história de séculos das irmandades religiosas, dos clubes sociais, dos partidos políticos e das organizações cívicas dos afro-descendentes está longe de acabar. A política racial, parte tão integrante dos séculos XIX e XX, está conosco no século XXI, e talvez além. Oxalá não tivesse de ser assim<sup>1</sup>.

Há de se estranhar, na pesquisa do historiador estadunidense, a ausência de qualquer alusão à obra seminal de Paul Gilroy, *O Atlântico Negro*, ou às reflexões de Stuart Hall sobre a diáspora, uma vez que sua pesquisa alinha-se às propostas epistemológicas desses dois sociólogos, na medida em que demonstra a importância de se perscrutar a história das populações da diáspora africana em uma perspectiva comparada, transnacional, atlântica. Essa lacuna, contudo, não chega a comprometer a qualidade da pesquisa, que desmitifica implacavelmente certos lugares-comuns – como o de que, na Argentina, não existe (ou nunca existiu) negro, o de que Cuba banuiu com as desigualdades raciais depois do triunfo da revolução socialista, ou de que a presença afro-diaspórica em países como Peru, Uruguai, Chile e México é (ou sempre foi) desprezível. Nesse sentido, não se justifica a discreta receptividade conferida à *América Afro-Latina (1800-2000)* pelo público leitor. Quando lançado por aqui, o livro passou quase despercebido. Tomara que esse quadro se altere rapidamente. Pois, se o brasileiro não conhece aprofundadamente a história do negro no Brasil, o que dizer da participação desse segmento populacional na formação dos demais países da América Latina? A leitura do livro de Andrews, nesse caso, torna-se uma referência valerosa.

<sup>1</sup> ANDREWS, George R. *América Afro-Latinas (1800-2000)*. Tradução Magda Lopes. São Carlos, São Paulo: EdUFSCAR, 2007, p.237-2007:237.

